

## **PAUTA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia **24/2/2025**, às **10h**, na Sala de Reuniões das Comissões, deliberará sobre as seguintes matérias:

### **1 - PL n. 854/2025**

**Autor: Deputado Jair Miotto (UNIÃO BRASIL)**

**Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)**

A proposta obriga seja ministrado curso simulado de evacuação aos alunos e professores de escolas públicas estaduais, a fim de prever e facilitar a saída segura em caso de emergência.

O treinamento será aplicado anualmente pelo Corpo de Bombeiros ou por empresa especializada.

### **2 - PL n. 892/2025**

**Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)**

**Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)**

A proposta altera a Lei n. 17.292/2017, que regula os direitos das pessoas com deficiência no Estado, para contemplar as exigências contemporâneas de inclusão e participação desse público.

Dentre as inovações está a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados que utilizem atendimentos por meio de senha a adotarem o número em braile ou em letras ampliadas ou, ainda, disponibilizarem atendentes que informem a numeração emitida aos deficientes visuais.



Os critérios deverão ser observados por quaisquer instituições, inclusive as financeiras e agências bancárias.

### **3 - PRS n. 10/2025**

**Autor: Deputado Adilson Girardi (MDB)**

**Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)**

A medida cria a Procuradoria da Criança e do Adolescente no âmbito do Parlamento Catarinense, composto por dois deputados (as), eleitos pelos pares com mandato de dois anos.

A Procuradoria terá a incumbência de promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente, além da articulação com Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

### **4 - PL n. 529/2025**

**Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)**

**Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)**

O projeto regulamenta a participação mínima de 30% das vagas a serem preenchidas por mulheres nos conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Estado.

### **5 - PL n. 223/2024**

**Autor: Deputado Maurício Eskudlark (PL)**

**Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)**

O projeto traça novas regras para as empresas habilitadas ao transporte terrestre de cadáveres entre os municípios catarinenses, visando acelerar os trâmites funerários.

Revoga completamente, dessa forma, a Lei n. 18.076/2021 e o Decreto n. 1955/2022.

Uma das mais importantes alterações feitas é a liberação do corpo mediante apresentação de simples declaração de óbito feita pelo médico responsável; pela regra atual é exigida a certidão de óbito, documento que tem levado horas ou até mesmo dias para ser elaborado.

#### **6 - PL n. 565/2024**

**Autor: Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)**

**Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)**

A proposta isenta os veículos 100% elétricos com valor até 150 mil reais e os ônibus elétricos de transporte coletivo urbano do pagamento do Imposto sobre Propriedade Veicular Automotora (IPVA).

#### **7 - PL n. 797/2025**

**Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)**

**Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)**

O projeto determina que a cobrança de multa administrativa por uso ou porte de entorpecentes pelos detentos das unidades prisionais seja feito por meio de desconto na remuneração pelo trabalho do apenado, quando houver.

A alteração visa a complementar a lei já aprovada pelo Parlamento Catarinense, n. 18.997/2024.

#### **8 - PL n. 285/2025**

**Autor: Deputado Nilso Berlanda (PL)**

**Relator: Deputado Alex Brasil (PL)**

A proposta institui a Campanha Estadual Permanente de Informação e Prevenção contra Descontos Indevidos em Benefícios Previdenciários, com foco na proteção dos direitos dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas.

O projeto terá como objetivo a conscientização sobre os riscos de fraudes e práticas abusivas, divulgação dos canais de denúncia e órgãos de proteção de aposentados e pensionistas e a avaliação periódica das ações, com o monitoramento dos indicadores sociais e sistematização dos dados de impacto.

#### **9 - PL n. 468/2025**

**Autor: Deputado Marcius Machado (PL)**

**Relator: Deputado Alex Brasil (PL)**

O projeto proíbe ligações telefônicas a fim de cobrar dívida sem identificação prévia de que o titular da linha e o da dívida são a mesma pessoa.

#### **10 - PL n. 855/2025**

**Autor: Deputada Luciane Carminatti (PT)**

**Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

O projeto eleva para 40 salários-mínimos o valor para que os credores de direitos reconhecidos judicialmente recebam via Requisição de pequeno Valor, sem ter que aguardar o regime de precatório.

Atualmente, o limite aplicado é de 10 salários-mínimos, e está vigente desde a Lei n. 13.120/2013: acima disso, há inclusão na ordem de pagamento via precatório.

#### **11 - PRS n. 9/2025**

**Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)**

**Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

A medida cria a Comenda do Mérito da Família no âmbito estadual, destinada a homenagear casais que tenham contribuído para o fortalecimento da instituição familiar, celebrando aniversários significativos de casamento que variam de 40 e 90 anos.

**12 - PL n. 832/2025**

**Autor: Deputado Alex Brasil (PL)**

**Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

A medida obriga que o valor a ser pago aos produtores pelo litro do leite seja informado até o dia 25 de cada mês pelas empresas beneficiadoras do insumo.

A regra tem por finalidade permitir que o produtor rural tenha acesso prévio às condições de comércio do leite, facilitando o planejamento financeiro e a tomada de decisão informada.

**13 - Medida Provisória n. 268/2025**

**Autor: Governador do Estado**

**Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)**

A medida provisória adotada pelo Chefe do Poder Executivo que concede isenção e redução da base de cálculo do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas saídas dos insumos agropecuários especificados.

**14 - Mensagem de Veto n. 1615/2026**

**Autor: Governador do Estado**

**Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)**

A mensagem do Governador do Estado que proíbe a Lei n. 98/2024 aprovada pelo Parlamento Catarinense.

A norma em questão determina a implantação de rampas de escape nas rodovias estaduais.

**15 - PL n. 15/2025**

**Autor: Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)**

**Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)**

A proposta institui o programa estadual de reflorestamento proporcional ao número de domicílios nos municípios catarinenses.

De acordo com o projeto, os municípios deverão executar as ações de reflorestamento em número equivalente aos domicílios do estado e a produção das mudas necessárias à consecução do programa será feita pelas escolas agrícolas do estado.

---

**Ana Cláudia Torret Rocha**

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

**Michelle Dias**

Jornalista Sala da Imprensa ALESC

(48) 3221-3094